



FJM
Nº 70036774115
2010/CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO. VÍCIO SANADO COM EFEITO MODIFICATIVO DA DECISÃO.

Constatada a existência de contradição entre o efetivamente decidido e a conclusão do julgamento, cabível o saneamento via embargos de declaração.

EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITO MODIFICATIVO DA DECISÃO. UNÂNIME.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70036774115

PORTO ALEGRE

**EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL
DE SÃO JOSÉ DO NORTE,**

EMBARGANTE;

**CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO
NORTE,**

EMBARGADA

**EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO/RS,**

INTERESSADO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em acolher os embargos de declaração, com efeito modificativo da decisão.

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores **DESEMBARGADORES LEO LIMA (PRESIDENTE), LUIZ ARI AZAMBUJA RAMOS, ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA, MARCELO BANDEIRA PEREIRA, GASPAR MARQUES BATISTA, SYLVIO BAPTISTA NETO, JAIME PITERMAN, JOSÉ ANTÔNIO HIRT**



FJM

Nº 70036774115

2010/CÍVEL

PREISS, LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS, MARIA ISABEL DE AZEVEDO SOUZA, IRINEU MARIANI, SÉRGIO FERNANDO DE VASCONCELLOS CHAVES, AYMORÉ ROQUE POTTES DE MELLO, RICARDO RAUPP RUSCHEL, MARCO AURÉLIO HEINZ, JOSÉ AQUINO FLÔRES DE CAMARGO, GUINThER SPODE, CARLOS RAFAEL DOS SANTOS JÚNIOR, LISELENA SCHIFINO ROBLES RIBEIRO, SEJALMO SEBASTIÃO DE PAULA NERY, ALEXANDRE MUSSOI MOREIRA, ALZIR FELIPPE SCHMITZ, CLÁUDIO BALDINO MACIEL E ERGIO ROQUE MENINE.

Porto Alegre, 26 de julho de 2010.

DES. FRANCISCO JOSÉ MOESCH,
Relator.

RELATÓRIO

DES. FRANCISCO JOSÉ MOESCH (RELATOR)

Trata-se de embargos de declaração interpostos pelo EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE em face do acórdão de fls. 73/79v que, por maioria de votos, julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70031669625, por ele proposta, para declarar a inconstitucionalidade das expressões “gratificação natalina” e “abono de férias”, insertas no art. 3º, § 1º, da Lei Municipal nº 496/2008, de São José do Norte.

Sustenta o embargante que há contradição nos votos dos quatro Desembargadores remanescentes que votaram, em prosseguimento, na realidade, com a divergência e não com o Relator, como constou no acórdão. Aduz que o resultado concluiu pela prestação jurisdicional positiva, respeitando o *quorum* exigido pelo art. 216 do Regimento Interno desta



FJM
Nº 70036774115
2010/CÍVEL

PREISS, LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS, MARIA ISABEL DE AZEVEDO SOUZA, IRINEU MARIANI, SÉRGIO FERNANDO DE VASCONCELLOS CHAVES, AYMORÉ ROQUE POTTES DE MELLO, RICARDO RAUPP RUSCHEL, MARCO AURÉLIO HEINZ, JOSÉ AQUINO FLÔRES DE CAMARGO, GUINThER SPODE, CARLOS RAFAEL DOS SANTOS JÚNIOR, LISELENA SCHIFINO ROBLES RIBEIRO, SEJALMO SEBASTIÃO DE PAULA NERY, ALEXANDRE MUSSOI MOREIRA, ALZIR FELIPPE SCHMITZ, CLÁUDIO BALDINO MACIEL E ERGIO ROQUE MENINE

Porto Alegre, 26 de julho de 2010.

DES. FRANCISCO JOSÉ MOESCH,
Relator.

RELATÓRIO

DES. FRANCISCO JOSÉ MOESCH (RELATOR)

Trata-se de embargos de declaração interpostos pelo EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE em face do acórdão de fls. 73/79v que, por maioria de votos, julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70031669625, por ele proposta, para declarar a inconstitucionalidade das expressões “gratificação natalina” e “abono de férias”, insertas no art. 3º, § 1º, da Lei Municipal nº 496/2008, de São José do Norte

Sustenta o embargante que há contradição nos votos dos quatro Desembargadores remanescentes que votaram, em prosseguimento, na realidade, com a divergência e não com o Relator, como constou no acórdão. Aduz que o resultado concluiu pela prestação jurisdicional positiva, respeitando o *quorum* exigido pelo art. 216 do Regimento Interno desta



FJM
Nº 70036774115
2010/CÍVEL

Corte (divergência vencedora por 16 votos a 9, atingindo a maioria absoluta do Colegiado). Requer o acolhimento do recurso, para que seja sanada a contradição.

É o relatório.

VOTOS

DES. FRANCISCO JOSÉ MOESCH (RELATOR)

Eminentes colegas, merecem acolhimento os presentes embargos, pois há contradição entre o que consta no acórdão e o resultado do julgamento.

Na Sessão de 14/12/2009, este Relator votou pela **improcedência** da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70031669625, por entender que não padece de inconstitucionalidade o art. 3º, § 1º, da Lei Municipal nº 496/2008, de São José do Norte, que, ao tratar do subsídio dos Secretários Municipais, veda a percepção de gratificação natalina e abono de férias. Acompanharam o voto do Relator os Desembargadores Ana Maria Nedel Scalzilli, Danúbio Edon Franco, Luiz Ari Azambuja Ramos (Presidente), Leo Lima, Marco Aurélio dos Santos Caminha, Gaspar Marques Batista, Luiz Felipe Brasil Santos e José Aquino Flôres de Camargo, atingindo o total de **9 votos**.

O Des. Genaro José Baroni Borges votou pela **procedência** da ação, sendo acompanhado na divergência pelos Desembargadores Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, Alzir Felipe Schimitz, Luiz Felipe Silveira Difini, Carlos Eduardo Zietlow Duro, Mario Rocha Lopes Filho, Angela Terezinha de Oliveira Brito, João Carlos Branco Cardoso, Marcelo Bandeira Pereira, Arno Werlang, Maria Isabel de Azevedo Souza e Aymoré Roque Pottes de Mello, num total de **12 votos**.



FJM

Nº 70036774115

2010/CÍVEL

Foi suspenso o julgamento com base no art. 216, § 1º, do RITJRS, para, oportunamente, serem colhidos os votos dos Desembargadores Arminio José Abreu Lima da Rosa (Presidente), Roque Miguel Fank, Jorge Luis Dall'Agnol e Sejalmo Sebastião de Paula Nery, que não haviam participado do julgamento por motivo justificado.

Na Sessão de 25/01/2010, prosseguindo o julgamento, assim votaram os quatro Desembargadores remanescentes:

DES. ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA (PRESIDENTE) – Estou acompanhando o eminente Relator.

DES. ROQUE MIGUEL FANK Também estou acompanhando.

DES. JORGE LUÍS DALL'AGNOL – Também

DES. SEJALMO SEBASTIÃO DE PAULA NERY – Também com o Relator.

Entretanto, na tira de julgamento, assim constou:

“PROSSEGUINDO NO JULGAMENTO, APÓS OS VOTOS DOS DESEMBARGADORES ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA (PRESIDENTE), ROQUE MIGUEL FANK, JORGE LUÍS DALL'AGNOL E SEJALMO SEBASTIÃO DE PAULA NERY **ACOMPANHANDO A DIVERGÊNCIA**, FOI PROFERIDA A SEGUINTE DECISÃO: POR MAIORIA, JULGARAM PROCEDENTE A AÇÃO, VENCIDOS OS DESEMBARGADORES FRANCISCO JOSÉ MOESCH (RELATOR), ANA MARIA NEDEL SCALZILLI, DANÚBIO EDON FRANCO, LUIZ ARI AZAMBUJA RAMOS, LEO LIMA, MARCO AURÉLIO DOS SANTOS CAMINHA, GASPAR MARQUES BATISTA, LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS E JOSÉ AQUINO FLÔRES DE CAMARGO. REDATOR PARA O ACÓRDÃO O DESEMBARGADOR GENARO JOSÉ BARONI BORGES.”

(grifei)



FJM

Nº 70036774115

2010/CÍVEL

Considerando que os quatro Desembargadores acompanharam o Relator e não a divergência, o resultado do julgamento foi de **13 votos pela improcedência** da ação contra **12 pela procedência**.

Portanto, a ação foi julgada improcedente, por maioria, devendo constar na tira de julgamento:

“PROSSEGUINDO NO JULGAMENTO, APÓS OS VOTOS DOS DESEMBARGADORES ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA (PRESIDENTE), ROQUE MIGUEL FANK, JORGE LUÍS DALL'AGNOL E SEJALMO SEBASTIÃO DE PAULA NERY ACOMPANHANDO O RELATOR, FOI PROFERIDA A SEGUINTE DECISÃO: POR MAIORIA, JULGARAM IMPROCEDENTE A AÇÃO, VENCIDOS OS DESEMBARGADORES GENARO JOSÉ BARONI BORGES, PAULO DE TARSO VIEIRA SANSEVERINO, ALZIR FELIPPE SCHIMITZ, LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI, CARLOS EDUARDO ZIETLOW DURO, MARIO ROCHA LOPES FILHO, ANGELA TEREZINHA DE OLIVEIRA BRITO, JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO, MARCELO BANDEIRA PEREIRA, ARNO WERLANG, MARIA ISABEL DE AZEVEDO SOUZA E AYMORÉ ROQUE POTTES DE MELLO, QUE A JULGAVAM PROCEDENTE.”

A ementa é a seguinte:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 496, DE 20 DE AGOSTO DE 2008, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE. SUBSÍDIO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS. GRATIFICAÇÃO NATALINA E ABONO DE FÉRIAS.

Não padece de inconstitucionalidade o art. 3º, § 1º, da Lei Municipal nº 496/2008 que, ao tratar do subsídio dos Secretários Municipais, veda a percepção de gratificação natalina e abono de férias. Art. 39, § 4º, da Constituição Federal c/c art. 8º da Constituição Estadual.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE.



FJM
Nº 70036774115
2010/CÍVEL

Pelo exposto, constatada a existência de contradição entre o efetivamente decidido e a conclusão do julgamento, acolho os embargos de declaração, com efeito modificativo da decisão.

TODOS OS DESEMBARGADORES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DES. LEO LIMA - Presidente - Embargos de Declaração nº 70036774115, Comarca de Porto Alegre: "À UNANIMIDADE, ACOLHERAM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, COM EFEITO MODIFICATIVO DA DECISÃO."



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

*Signatário: FRANCISCO JOSE MOESCH
Nº de Série do certificado: 6A18D016D5813EB8
Data e hora da assinatura: 30/07/2010 17:06:33*

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço http://www.tj.rs.gov.br/site_php/assinatura e digite o seguinte número verificador: 7003677411520101380083